



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

14 de Agosto 2015



Notícias do Dia

Agricultura familiar e o governo de SC

A agricultura familiar enfrenta barreiras em Santa Catarina. A área rural sofre com a falta de estradas e de infraestrutura em educação, saúde e lazer. Os serviços públicos da agricultura não chegam de forma adequada aos pequenos agricultores. Números divulgados pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de SC mostram que são 195 mil propriedades rurais, sendo que 90% com menos de 50 hectares, o que as enquadra como agricultura familiar, mas mesmo assim o Estado é o maior produtor brasileiro de suínos, maçã, ostras e cebolas e ocupa o segundo lugar nas áreas de arroz e aves.

Segundo o IBGE, a agricultura familiar responde por 38% do valor da produção no país, que corresponde a R\$ 54,4 bilhões. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a agricultura familiar emprega quase 75% da mão de obra no campo e é responsável pela segurança alimentar dos brasileiros.

No meio de tantas dificuldades, um bom exemplo foi dado pelo governo de SC, ao publicar no Diário Oficial edital para a ampliação da compra de produtos oriundos da agricultura familiar à merenda de escolas, centros de educação de jovens e adultos e núcleos de edu-

neladas, divididas em 25 produtos, como doce de banana, mel, biscoitos, leite, suco de uva, arroz parboilizado, feijão preto, maçã, farinha, entre outros. A Lei da Merenda, em vigor desde 2009, obriga prefeituras e governo do Estado a gastar 30% dos recursos repassados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação ao Programa Nacional de Alimentação Escolar com produtos da agricultura familiar. É considerada um avanço por ter aberto mercado a um segmento que encontra dificuldades de comercialização de seus produtos, de logística no transporte adequado e ainda pela falta de demanda. Isso sem citarmos o aspecto na saúde pública, com a inclusão de frutas e legumes na merenda escolar.

O IBGE aponta ainda a agricultura familiar como responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite e 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e, ainda, 21% do trigo.

São boas notícias que vêm do campo e agora, com a ampliação do edital, também nos chegam dos gabinetes, que parecem contribuir com a força do campo e reconhecer o trabalho daqueles que arduamente fazem do seu



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Blog Moacir Pereira	Editoria: Blog Moacir Pereira	Data: 14/08/2015
Assunto: Negociações		Página: Online



Magistério: a nova reunião de negociação, segundo o Sinte

O Sinte acaba de divulgar relatório sobre nova reunião de negociações com o governo estadual sobre a nova tabela salarial. Confira:
Em mais uma rodada de negociações entre os representantes do magistério – SINTE/SC e Governo do Estado, o primeiro questionamento do sindicato foi com relação a apresentação do impacto financeiro e as repercussões nas tabelas propostas pelo Estado até 2018. O Governo afirmou que já fizeram inúmeras simulações, mas que ainda não fecharam a proposta, esta que deverá ter a assinatura final por parte do Governador no próximo dia 27 de agosto e posteriormente entregue ao SINTE/SC. A intenção do Governo é de encaminhar projeto de lei para a assembleia legislativa no início de setembro. Foi questionado ainda o reajuste para 2015, segundo os representantes do Estado poderá ser apresentada proposta dependendo da repercussão da arrecadação do estado até o final do ano, o que pode ser decidido na reunião do CONER com o Governador no dia 27.

Problemas nas devoluções dos descontos relativos a greve: O SINTE trouxe diversos casos que estão ocorrendo em todo o estado, onde as GEREDS não aceitaram realizar as regularizações dos pagamentos, mesmo com o termo de compromisso assinado e o plano de reposição aprovados. O SINTE afirmou que a SED deverá ser a responsável pela regularização e orientação para as GEREDs e escolas. A mesma se comprometeu a enviar novas orientações para as gerências para que sejam cumpridas as determinações da mesa de negociações, conforme aprovado na Assembleia Estadual do Magistério.

Vale alimentação: Conforme a SED quem está repondo aos sábados e recesso de julho receberá o benefício na sua folha.

Gestão Democrática: Sobre este tema o SINTE reafirma sua contrariedade ao processo de escolha do plano gestão, defendendo eleições diretas e que as faltas de greve não sejam consideradas injustificadas, impedindo que qualquer trabalhador possa se inscrever no processo de escolha. De acordo com o Mauro Tessari, Chefe de Gabinete, os gerentes regionais em grande parte, em reunião ontem, dia 12/08, decidiram manter o critério das faltas injustificadas para barrar o profissional já na apresentação do plano de gestão.

Em função do Governo não ter apresentado as tabelas com as repercussões financeiras iniciamos a discussão de outro ponto de pauta do acordo.
Lei dos ACTS 456/09: Foi iniciada a discussão, entretanto, visto as divergências, o SINTE entregou cópia da proposta da revisão da Lei aprovada pela categoria em



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

suas instâncias deliberativas ao Governo. Ficou acertado que o advogado do SINTE participará dos estudos e elaboração de uma nova redação para a Lei para ser apresentada na reunião do dia 25/08.

SINTE e Governo discutiram sobre as definições das situações excepcionais que autorizam a admissão de professor em caráter temporário com carga horária inferior a 10 horas semanais, a exemplo da contratação de profissionais para as disciplinas técnicas dos CEDUPs. O Governo apresentou proposta de contratar por hora aula, para as disciplinas que apresentam uma carga horária inferior a 8 horas.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 14/08/2015
Assunto: Debate		Página: Online



Países se reúnem na Rússia para discutir cooperação

A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do Ministério da Educação esteve representada da 7.^a Cúpula do Brics, nos dias 8 e 9 de julho último, em Moscou. O evento, que reuniu representantes dos países membros do grupo – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul –, teve o objetivo de aprofundar o diálogo sobre a educação profissional e traçar diretrizes para a cooperação futura entre esses países.

Como resultado da agenda, foi criado um grupo de trabalho para elaboração de relatório sobre o estado da educação profissional e tecnológica nos países envolvidos. Com o relatório, será possível compartilhar conceitos, métodos e instrumentos de análise. "Esse relatório servirá de base para estudos posteriores", explicou a coordenadora-geral da Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica, Márcia Maria dos Santos, representante da Setec na reunião da cúpula. "É difícil falar de acordos quando você não entende o modo como o outro trabalha. Assim, precisamos, agora, compreender as práticas e metodologias dos outros países."

Segundo Márcia Santos, o Brasil é o único país do Brics que tem a educação profissional vinculada à educação básica em seus diferentes níveis. "Os outros países desenvolvem a educação profissional e tecnológica após o ensino médio ou dentro do ensino superior", disse. "O conceito da verticalização presente nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia é uma novidade para eles."

Márcia considera que o encontro definiu as linhas de ação para os próximos anos, como o diálogo entre a educação profissional com o mercado de trabalho e a identificação de profissões do futuro. A reunião também foi preparatória para o próximo evento, o Encontro dos Ministros da Educação do Brics, que abordará outros temas educacionais e que, na área de educação profissional, contará com a apresentação dos relatórios que estão sendo elaborados pelo grupo. O encontro será realizado em novembro, em Moscou.

Cooperação – O Brics é uma entidade político-diplomática formada por países considerados emergentes. Desde a criação, busca elaborar uma agenda de cooperação multissetorial entre os integrantes. Cinco anos após a primeira cúpula, realizada em 2009, as atividades abrangem cerca de 30 áreas, como agricultura, ciência e tecnologia, governança e segurança da internet, previdência social, saúde, turismo, entre outras.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1	Editoria: Educação	Data: 14/08/2015
Assunto: Fies		Página: Online



VESTIBULAR E EDUCAÇÃO

Inscrição no Fies pode ser concluída por selecionado a partir desta sexta

*Alunos têm de 14 a 23 de agosto para finalizarem inscrição no SisFies.
Lista com os 61,5 mil pré-selecionados para o programa saiu na quarta (12).*

Os 61,5 mil estudantes pré-selecionados para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) do segundo semestre podem concluir suas inscrições no programa a partir desta sexta-feira (14). Os alunos têm até as 23 horas e 59 minutos do dia 23 de agosto de 2015 para acessar o sistema SisFies e confirmar a inscrição.

Concluída esta primeira etapa, os estudantes têm 10 dias úteis - contados a partir da confirmação da inscrição no site - para comparecer à Comissão Permanente de Supervisão e Acompanhamento (CPSA) da instituição de ensino pretendida para validar as informações que os credenciaram ao benefício. A documentação necessária para a comprovação é informada ao estudante no ato da inscrição.

Os estudantes que ficaram na lista de espera do Fies devem seguir atentos ao boletim de acompanhamento. Caso algum dos pré-selecionados não cumpra alguma das etapas do programa dentro do prazo estipulado, a vaga será realocada para o próximo da lista.

O Ministério da Educação (MEC) divulgou na quarta-feira (12) a lista com o nome dos estudantes pré-selecionados para os contratos do Fies do segundo semestre de 2015. [Clique aqui](#) para ver a lista dos beneficiários.

A lista com o nome dos selecionados para o Fies deveria ter sido divulgada na segunda-feira (10), mas o MEC foi proibido de apresentar o resultado após o grupo educacional Anima Educação, proprietário do centro universitário São Judas, questionar o critério de distribuição das vagas na Justiça.

A liminar da Justiça que suspendia o processo seletivo foi revogada, na terça-feira (11), pelo próprio juiz que a havia concedido. Na decisão, Francisco Renato Filho, da 15ª Vara Federal de Brasília, afirmou que considera "satisfatórios" os esclarecimentos prestados pelo MEC e, por conta disto, o ministério estava autorizado a prosseguir com as etapas do Fies.

Suspensão da Justiça

A decisão liminar (provisória) de suspender a divulgação havia sido tomada após a análise de uma ação movida pelo grupo Anima Educação, proprietário dos centros universitários UNA e UNI BH, de Minas Gerais, e São Judas e Unimontes, de São Paulo.

No pedido de suspensão, o grupo questionou o critério adotado pelo MEC para distribuir as vagas entre as instituições de ensino, apontando "inconsistências e desigualdades", já que cursos com avaliação inferior nas mesmas cidades conseguiram mais postos que outros de qualidade superior.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Na decisão, o juiz Francisco Renato Filho havia registrado que um curso de engenharia da Anima com conceito 4 (em nota que varia de 1 a 5) conseguiu 20 das 90 vagas solicitadas, enquanto uma concorrente com conceito inferior obteve 46 vagas.

"Tratando-se de política pública financiada por recurso público é absolutamente necessário que os interessados diretos (instituições e alunos) e a sociedade como um todo conheçam, não apenas os critérios de seleção, mas, também, como eles foram aplicados ao caso concreto, já que, em princípio, parece que os critérios não foram objetivamente observados", escreveu o juiz na oportunidade.

De acordo com a decisão, a suspensão valeria até que o MEC esclarecesse qual o critério utilizado. A Anima argumenta que uma portaria da pasta definiu como critério a qualidade dos cursos para a distribuição das vagas.

"Ao invés de alocar as vagas nas instituições de melhor desempenho e cursos melhor avaliados, eles não obedeceram esse critério. Deram mais vagas, na mesma cidade, no mesmo curso, para instituições de ensino com avaliação pior. Aconteceu geral, em todo o país, isso em prejuízo dos alunos, não só da Anima", informou o grupo ao G1.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 14/08/2015
Assunto: Gestores		Página: Online



ESPECIALISTAS QUESTIONAM RESPONSABILIZAÇÃO DE GESTORES DA EDUCAÇÃO SOMENTE PELO IDEB

Proposta em discussão na Câmara estabelece critérios obrigatórios para garantir a qualidade da Educação Básica e também a responsabilidade dos gestores públicos na área

Fonte: Agência Câmara

Participantes de audiência pública criticaram os critérios de responsabilização de gestores no desempenho educacional dos alunos. Nesta quarta-feira, a comissão especial que analisa a proposta (PL7420/06) da lei de responsabilidade educacional se reuniu para debater o tema.

O principal ponto defendido pelos representantes do Ministério da Educação, dos secretários de Educação e da Confederação Nacional dos Municípios é que a responsabilização não seja feita somente com base no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), como prevê o projeto.

O índice foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2007, e avalia o desempenho das escolas a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep: o Saeb para as escolas federais e estaduais e a Prova Brasil para os municípios.

A consultora na Área de Educação da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Mariza Abreu, afirmou que é injusto penalizar os gestores com base nas notas dos alunos. "A responsabilidade do governador e do prefeito é, por exemplo, gastar o que tem que gastar em educação. Aplicar os mínimos constitucionais, cumprir os requisitos da legislação do Fundeb, garantir o número de professores necessários; mas a cabeça do aluno, a aprendizagem lá na ponta, tem muitos outros fatores que intervêm sobre os quais o governador e o prefeito não têm controle."

O secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação (MEC), Binho Marques, afirmou que é favorável à responsabilização, mas por meio de



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

outro índice que não seja o Ideb. Na opinião do secretário, se for realizada dessa forma, os gestores podem ser punidos injustamente.

Responsabilidade conjunta

Para o secretário, já existe legislação suficiente para punir os maus gestores. Ele defende a regulamentação do artigo 23 da Constituição Federal. "Que é exatamente aquele que fala que a educação é uma responsabilidade conjunta. É preciso definir melhor o que faz exatamente o governo federal, os governos estaduais e os governos municipais. Quando for regulamentado o artigo 23, teremos exatamente qual a responsabilidade. Como vamos responsabilizar, se a responsabilidade não está definida?"

Melhoria da qualidade

O relator da comissão, deputado Bacelar (PTN-BA), afirmou que é preciso responsabilizar as pessoas e os entes federados que não estão trabalhando para a melhoria da qualidade na educação. "Não vamos aqui fixar metas ou índices para o País como um todo, para todos os cinco mil municípios, mas há alguns parâmetros que precisam ser considerados, como a universalização do acesso, o sucesso nas etapas de alfabetização, a execução do Plano Nacional de Educação. Enfim, o Ideb é um parâmetro, mas não é o único parâmetro."

Na próxima semana a comissão vai ouvir os representantes do Poder Judiciário.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 14/08/2015
Assunto: Enem		Página: Online



OPINIÃO: O ENEM E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

"O Enem avalia algumas competências, mas não é capaz de revelar a qualidade de uma escola em outras dimensões", afirma Priscila Cruz

Fonte: Correio Braziliense (DF)

O Enem é ou não medida de qualidade da Educação brasileira? A resposta para a pergunta, como em tudo na Educação, não é simples. Entretanto, podemos afirmar que, definitivamente, o Enem não pode ser usado como medida única de sucesso de determinada Escola. Elenco aqui três razões importantes.

Primeiro, como o esforço do próprio Inep em contextualizar melhor as condições de cada Escola deixou claro, há Escolas que usam manobras para tornar o resultado do exame estratégia de marketing. Aos pais, cabe olhar com mais cautela os resultados e as informações sobre a participação da Escola no Enem, como o número de Alunos que fizeram o exame e o que a Escola tem feito nos anos e etapas anteriores para, de fato, garantir boa Educação para todos os Alunos.

Segundo, a média do Enem de determinada Escola apresenta as limitações de qualquer média, pois se trata de número incapaz de captar a dispersão dos resultados dentro das Escolas que, mesmo com médias parecidas, podem ter garantido níveis de aprendizagens muito diferentes aos Alunos. Uma pode ter estudantes com resultados bem homogêneos e, portanto, perto da média. E outra pode ter muitos com resultados mais baixos e poucos com resultados excepcionais. São duas Escolas completamente diferentes. Em qual delas você prefere que seu filho estude?

E, por fim, sabemos que o Enem avalia algumas competências, pois foi pensado como exame classificatório para a entrada na Educação superior. Mas, de forma alguma, ele é capaz de revelar a qualidade de uma Escola em outras dimensões. Será que os Alunos dessas Escolas estão preparados para a vida que os aguarda após o Ensino médio, com todas as novas demandas e complexidades do século 21?

Por seu lado, o Enem é uma das referências de avaliação do Ensino médio nas Escolas, nos estados e no Brasil. Ele escancara alguns dos enormes desafios da Educação



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

brasileira. O principal deles é a grande desigualdade entre Escolas que atendem Alunos com maior e menor nível socioeconômico. Embora a questão socioeconômica explique por que algumas Escolas apresentam desempenho bastante insatisfatório, não é mais aceitável que ela seja usada para justificar a não garantia do direito desses jovens a uma Educação de qualidade.

A gestão pública deve ser capaz de compensar a desigualdade fora da Escola, para que os Alunos que nascem em situação de maior vulnerabilidade social possam romper com o ciclo de exclusão. Uma das políticas mais eficazes para reduzir o impacto da condição socioeconômica dos Alunos nos resultados educacionais é a oferta de Educação integral.

Essa concepção amplia o efeito da Escola na vida do Aluno, podendo compensar a falta de estrutura em casa e na família, como o acesso a livros e a computadores, a organização de espaços adequados para estudar, brincar e praticar esportes, que são fatores que interferem positivamente na aprendizagem. Além disso, a Educação integral, se bem implementada, amplia as oportunidades para desenvolver habilidades importantes para o estudo e a aprendizagem, como capacidade de organização, comunicação e criatividade.

Para além da análise se o Enem é bom ou não como medida da qualidade das Escolas, vale destacar também o enorme poder de indução do exame no currículo do Ensino médio. As Escolas de todo o país organizam essa etapa pautadas pelo Enem, como se a trajetória de todos os Alunos fosse a mesma ou como se tivessem o mesmo projeto de vida e, portanto, necessitassem do domínio das mesmas competências avaliadas pelo Enem.

Precisamos de um Ensino médio que reconheça, acolha e prepare os Alunos para a diversidade de seus interesses, projetos, ambições e vocações. Especialmente hoje, em que carreiras somem e outras surgem numa velocidade sem precedentes. É preciso que a Escola ofereça uma gama maior de oportunidades educativas. Além disso, é hora de valorizarmos o Ensino profissionalizante e técnico como modalidade de Ensino médio que não necessite ser concomitante ou subsequente ao Ensino médio regular.

Nesse sentido, o debate sobre a Base Nacional Comum é muito importante. Quais competências todos os estudantes devem dominar (como leitura, escrita e matemática) e o que pode ser diversificado? E, mais importante ainda, como tornar o Ensino médio relevante e atraente para os jovens? Em 2013, apenas 54% dos jovens de até 19 anos concluíram o Ensino médio, sendo o desinteresse pela Escola apontado como principal motivo da evasão Escolar.

Portanto, é preciso olhar para o Enem não apenas como medida de qualidade da Educação, mas, especialmente, como forma consolidada de acesso ao Ensino superior — que pode e precisa ser aperfeiçoada — e referência importante que influencia o trabalho em sala de aula, apoiando, assim, a consolidação de políticas necessárias



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

como a Base Nacional Comum, a diversificação do Ensino médio e o Ensino profissionalizante e técnico.

*Diretora-executiva do Movimento Todos Pela Educação